

João Gomes Cravinho

Ministro da Defesa Nacional

Intervenção do Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, por ocasião da tomada de posse da Subdiretora da DGPDN e da condecoração do BGEN Nuno Lemos Pires.

Ministério da Defesa Nacional, Lisboa, 25 de agosto de 2021

As minhas primeiras palavras nesta cerimónia são para dar as boas-vindas à Coronel Ana Baltazar ao Ministério da Defesa Nacional e à Direção Geral de Política da Defesa Nacional e para lhe desejar as maiores felicidades nas novas funções que hoje assume.

A sua escolha para subdiretora da DGPDN deve ser vista como uma demonstração do apreço que a sua carreira granjeou junto dos seus pares e junto das estruturas do Ministério e do Governo. É um voto de plena confiança na sua capacidade de emprestar dedicação, empenho e uma visão crítica e inovadora a esta Direção Geral – características nas quais se deve alavancar o trabalho diário deste Ministério.

O seu percurso militar, mas também na academia, é muito estimulante, com interesses e experiências muito diversificados: da engenharia, às Relações Internacionais e à gestão, num leque amplo que certamente lhe dará ferramentas muito úteis nas novas funções. Destacaria a sua ação como Adida de Defesa, revelando atenção e interesse pelas matérias internacionais e uma postura sempre muito apreciada por todos os seus

interlocutores, estabelecendo um novo patamar de exigência para esta importante função na Defesa Nacional.

Permitam-me que me detenha brevemente sobre o atual momento da Defesa Nacional, sobre os ganhos que devem ser consolidados e os desafios que teremos pela frente, e para os quais a DGPDN tem um papel central.

O primeiro grande desafio que continuamos a enfrentar, diariamente, é a pandemia da COVID-19, que afetou a nossa ação dentro e fora de fronteiras e que continuará presente no nosso planeamento por algum tempo. O balanço é francamente positivo, apesar das dificuldades e das perdas que todos enfrentámos.

Podemos dizer que Portugal soube rapidamente sistematizar informação, analisá-la e partilhá-la com aliados e parceiros, na União Europeia, na NATO e na CPLP, para melhor percebermos que novas funções poderiam estar reservadas para as Forças Armadas e a Defesa Nacional, na resposta a emergências

complexas. E as lições identificadas são de inestimável valor para o futuro do nosso trabalho, para que Portugal desenvolva uma visão integrada que faça sentido para a nossa realidade nacional, regional e internacional.

Diria que o segundo grande ganho que temos de saber capitalizar refere-se à Presidência do Conselho da União Europeia, que Portugal exerceu no semestre passado e que, na área da defesa, se saldou por uma capacidade de iniciativa e de resposta muito apreciada por todos os Estados Membros e instituições, assim como parceiros extra-UE.

Num momento de particular dinamismo na construção da defesa europeia, essa marca do empenho português nas dinâmicas europeias confere-nos responsabilidades adicionais em dar substância e tração a temas como a segurança marítima ou a parceria de segurança e paz com África, onde nos mantemos particularmente empenhados. Também na relação com a NATO será necessário concretizar, com iniciativas, uma cooperação mais estreita que resulte numa interação mais fácil, mais eficaz e que melhor retire valor do investimento significativo que os cidadãos

portugueses fazem na sua defesa. A estreita relação com os congéneres europeus e com as instituições que foi desenvolvida ao longo destes meses deverá agora ser traduzida em parcerias concretas de geometria variável, que reforcem a defesa europeia e avancem os interesses do nosso país, incluindo na importante dimensão da economia de defesa. Também aqui a DGPDN é essencial.

Em terceiro lugar, destaco aquilo a que poderíamos chamar “desafios de inovação”. Ou seja, os desafios colocados pela inovação vertiginosa, seja em termos tecnológicos, seja em termos da gestão de recursos e de pessoas, que está a revolucionar a forma como planeamos e preparamos a nossa defesa, face a novas ameaças.

Na Ciberdefesa, no Espaço, na robótica, na Inteligência Artificial, nas comunicações quânticas ou nos materiais inteligentes – em todas estas dimensões, Portugal está felizmente inserido nas organizações mais dinâmicas e, por isso, pode beneficiar de parcerias desde a primeira hora. Mas será da maior importância identificar prioridades, oportunidades de ação e os recursos

necessários para as desenvolver. Cabe aqui uma palavra de destaque para os programas europeus de defesa, como o Fundo Europeu de Defesa ou Cooperação Estruturada Permanente, em cuja participação, as empresas e os centros tecnológicos de inovação e conhecimento nacionais serão parceiros chave das Forças Armadas e do Governo.

Assim, a inovação não poderá ser apenas tecnológica. A inovação deve fazer-se sentir ao nível da interação entre culturas organizacionais e profissionais de excelência que a Defesa, a Tecnologia, a diplomacia e a administração pública ou o setor privado hoje apresentam. O encontro feliz entre estes exemplos de excelência poderá ajudar-nos a valorizar a diversidade, incluindo nas matérias de género, onde todos temos a ganhar.

À nova subdiretora de Política de Defesa Nacional pede-se que apoie o Diretor-Geral na gestão da equipa da DGPDN, valorizando os recursos existentes e estruturando a ação da DGPDN da forma mais adequada aos objetivos traçados, e também em matérias de representação, criando uma interlocução privilegiada e densa com os nossos parceiros.

Mas também ao nível substantivo, na produção de doutrina e planeamento, inclusive na contribuição para o importante processo de Desenvolvimento do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, que iremos avançar nos próximos meses, de forma paralela com a revisão do Conceito Estratégico da NATO e a conclusão da Bússola Estratégica da UE. Estou certo de que a sua liderança, Sra. Coronel, será um estímulo para todos, em articulação próxima com o meu Gabinete, e que terá nesta Direção-geral uma base sólida de apoio para o seu trabalho. A tutela muito valoriza esta equipa e o seu trabalho que, ao longo do último ano, em particular, foi um pilar sólido do sucesso da nossa ação.

Esta cerimónia serve também para agradecer o Brigadeiro-general Nuno Lemos Pires com a Medalha de Serviços Distintos. A portaria de condecoração foi já lida, pelo que não será necessário alongar-me em detalhes sobre a extensa e importante lista de responsabilidades que assumiu durante a sua atuação como SubDGPDN.

Neste **momento** temos sentimentos contraditórios, devido ao grande **orgulho**, por vê-lo assumir o posto de comandante de uma missão internacional, pela qual Portugal se bateu, e onde o seu contributo pessoal se fez sentir desde a primeira hora, mas é também com pena que vemos sair deste Ministério um dos seus dirigentes mais ativos e apreciados, **apenas podendo desejar-lhe os maiores sucessos**. Sabemos que representará Portugal com a marca de excelência, de proximidade e de empenho a que já nos habituou.

O seu papel na estrutura superior do Ministério foi muito para além das funções que assumiu na DGPDN. O Brigadeiro-General foi um facilitador de soluções, e um criador de encontros felizes e profícuos; foi um estratega ativo, que nos estimulou a pensar o mundo para além do óbvio e do imediato; foi um dirigente sempre disponível e leal para abraçar projetos importantes e ajudar nas matérias mais inusitadas; foi também, um líder dentro da DGPDN, apoiando e estimulando a sua equipa em momentos de grande pressão e exigência, como foram os meses de confinamento devido à COVID-19 ou os meses da Presidência do Conselho da União Europeia.

Não posso deixar de dar particular relevo às funções que assumiu, a meu pedido, como Coordenador interino do Centro do Atlântico e que se estenderam bem para lá do que o termo “interino” deixaria antecipar. Os resultados muito positivos que alcançámos até ao momento e que têm expressão concreta numa declaração política assinada por 18 países de três continentes atlânticos, e num conceito e num plano de atividades ambicioso, são, sem dúvida, fruto da sua liderança do Grupo de Trabalho do Centro do Atlântico e do empenho que a Direção Geral de Política de Defesa Nacional colocou neste processo, incluindo na sua articulação intensa com as estruturas diplomáticas nacionais. Fecha-se um ciclo com a sua saída, mas estou certo de que os bons frutos que nos deixou alimentarão este projeto por muito tempo.

A sua superior capacidade de encontrar soluções criativas, o seu empenho em promover o interesse nacional e a sua facilidade de interação com os mais variados interlocutores, em muito contribuíram para o sucesso da sua passagem por esta Direção-Geral. Um militar de exceção, um académico prolífico e com uma excecional capacidade de gerir matérias de grande complexidade,

o Brigadeiro-General Nuno Lemos Pires deu um muito significativo contributo para posicionar a Defesa Nacional e Portugal de uma forma mais favorável num contexto de grande volatilidade.

Esta é uma herança simultaneamente pesada e generosa, que a nova Subdiretora irá certamente saber potenciar na sua ação. A sua escolha para este cargo deve ser entendida como um sinal inequívoco da qualidade superior da sua prestação nos cargos que ocupou e da excelência da sua ação, que certamente repetirá na Direção-geral de Política. Desejo a ambos os maiores sucessos nas novas funções, sabendo que o vosso sucesso é o sucesso de todos nós e do nosso país.

Muito obrigado.